

Visão da semana: ajustes demoram

ESTADO DE SÃO PAULO

Economia - Brasil

25 MAI 1986

tando assim a necessidade de se promover qualquer iniciativa na direção de maiores taxas de juro.

O problema é que tal cenário não tem infundido tranqüilidade ao mercado. O governo hesita em reduzir o déficit público, prefere simplesmente tentar financiá-lo na magnitude hoje conhecida, ainda que para isso lance mão de atitudes nem sempre eficientes. Uma delas, levantada na semana passada, sugeria que fossem transferidos lucros da Petrobrás para cobrir parte do déficit (isso poderia ser feito também taxando-se as importações de petróleo). A simples menção dessa hipótese perturbou todo o mercado acionário e esteve na origem de novos sobressaltos no mercado paralelo do dólar, o qual voltou a romper a faixa de 50% acima da paridade oficial.

Efetou-se uma troca de comando na referida estatal, agora presidida por Ozires Silva, que pretende administrá-la com métodos de gestão próprios de uma empresa privada. Essa posição bem que deveria servir de alerta para o governo, que hoje prefere não reduzir o déficit e trabalhar com uma taxa de juros negativa no overnight.

Essa política de curto prazo pode vir a preocupar os credores externos, que se deparam com um recrutamento do protecionismo nacional nada digno de elogios, além de totalmente desproposital, uma vez

que nossas carências de capital não deixaram de existir. Assim, verifica-se uma tentativa de limitação expressiva ao aporte de novos capitais (conforme proposta que poderá passar pela Constituinte) de origem externa, num momento em que o crescimento dos países centrais poderia ser encarado como uma fonte para investimentos, e não apenas para uma rolagem menos problemática da dívida.

25 MAI 1986

Neste sentido, não se poderia esperar atitudes favoráveis por parte de nossos principais parceiros econômicos, dentre eles os Estados Unidos. As medidas de retaliação comercial hoje cogitadas contra o Brasil talvez venham a significar uma pressão negativa contra os objetivos da reforma monetária, por mais que se duvide da validade desse tipo de iniciativa lá fora. O momento, aparentemente propício para uma evolução do diálogo Norte-Sul, deveria ser melhor examinado internamente, uma vez que é preciso saber tirar partido da atual fase de crescimento dos países ricos. Entre fechar-se numa reserva de mercado e numa xenofobia contra capitais externos e permanecer como exportador líquido de recursos, o Brasil deve ser capaz de encontrar uma posição alternativa razoável, caso contrário comprometerá suas próprias possibilidades de crescimento e de equacionamento de sua ainda enorme dívida externa.

O noticiário econômico da semana passada voltou a deixar transparecer algumas dificuldades importantes que o governo ainda encontra para lograr maior acerto com o Plano Cruzado. Este fomentou, em curto período, uma expansão sem precedentes da massa salarial, amparada por preços congelados. Em contrapartida, os investimentos não chegam a acusar uma tendência nítida de retomada, fenômeno que colocaria as bases indispensáveis para sustentar um crescimento razoável a médio e longo prazo. Neste sentido, as incertezas derivadas da nova política econômica implantada desde fevereiro não encontram terreno propício para serem desfeitas.

A curto prazo — distância hoje avaliada em função das eleições de novembro —, as autoridades demonstram confiança na manutenção do controle de preços e da inflação. O crescimento esperado para este ano terá origem expressiva na expansão da demanda. Deste lado, portanto, os fatos surgem como positivos.

A dúvida maior, ainda aceita com muita relutância pelo próprio governo, refere-se ao peso que o financiamento do déficit público exerce hoje sobre a evolução da base monetária. As autoridades parecem insistir na tese de que esse processo, por si só, não originará um retorno descontrolado da inflação, descar-